

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 099/2026

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº: 013/2026

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente contratação é o Registro de Preços para a aquisição de insumos asfálticos comuns (Emulsão Asfáltica Modificada por Polímero Tipo RC 1C-E), destinados à execução direta e contínua dos serviços de recomposição, recapeamento urbano, manutenção corretiva de pavimentos e conservação preventiva da malha viária asfáltica preexistente no Município de Tocantinópolis - TO, conforme especificações técnicas, quantitativos estimados e condições operacionais estabelecidas de forma detalhada neste Termo de Referência.

1.2. O fornecimento dos materiais betuminosos será realizado de forma estritamente fracionada, em lotes parciais, sucessivos e sob demanda, de acordo com as necessidades físico-executivas e cronogramas de trabalho emitidos pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Infraestrutura, durante o prazo regulamentar de vigência da Ata de Registro de Preços.

1.3. O critério de julgamento da licitação será o de menor preço por item, sob o modo de disputa aberto, operacionalizado por meio da modalidade Pregão Eletrônico, em estrita observância aos ditames da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.4. A classificação e caracterização detalhada do item, com estimativa de dotação de consumo e valores de referência apurados, seguem estruturadas na tabela metodológica abaixo:

ITEM	COD. PROD.	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO/PRODUTO	UN.	QTD.	VALOR UNIT. ESTIMADO (R\$)
1	5397	EMULSÃO ASFÁLTICA MODIFICADA POR POLÍMERO TIPO RC 1C-E, de acordo com a Especificação e Norma DNIT 035/2018-ES e Resolução ANP n.º 36, de 13.11.2012.	TON	320	R\$ 6.057,40
VALOR TOTAL ESTIMADO..... R\$ 1.938.368,00 (um milhão, novecentos e trinta e oito mil e trezentos e sessenta e oito reais)					

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Referência aos Estudos Técnicos Preliminares (ETP): A presente contratação encontra-se integralmente respaldada, vinculada e balizada pelo Estudo Técnico Preliminar (ETP) acostado aos autos do Processo Administrativo nº 099/2026, devidamente aprovado pela autoridade competente, cumprindo com rigor a exigência de planejamento prévio contida no artigo 18, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. Justificativa da Necessidade Contratual: A contratação justifica-se imperativamente diante do estado avançado de desgaste e degradação superficial que afeta a camada de rolamento de diversos arruamentos, avenidas e vias públicas urbanas localizadas no Município de Tocantinópolis – TO. A malha viária urbana preexistente sofreu deterioração contínua decorrente do fluxo diário de veículos e da severidade das intempéries climáticas sazonais (períodos de alta pluviosidade tropical), resultando no surgimento generalizado de panelas (buracos), trincas e fissuras estruturais. A manutenção continuada e a recomposição imediata desse pavimento asfáltico são necessárias para neutralizar riscos iminentes de acidentes de trânsito, proteger a integridade física de motoristas, ciclistas e pedestres, e mitigar danos materiais nos veículos dos munícipes.

2.3. Alinhamento Estratégico e Valorização Patrimonial:

a) Plano Estratégico Municipal: A aquisição programada do insumo betuminoso viabiliza diretamente a consecução das metas setoriais de infraestrutura e conservação urbana fixadas pela alta administração para o exercício de 2026, garantindo que as frentes de trabalho executadas pelas equipes municipais de manutenção não sofram paralisações prejudiciais ou descontinuidade operativa por desabastecimento de materiais.

b) Preservação do Patrimônio Público: A estratégia de conservação preventiva e recuperação estrutural contínua supera de forma definitiva a cultura tradicional de intervenções puramente paliativas de "tapa-buracos" emergenciais. O recapeamento e a recomposição asfáltica de trechos desgastados vedam o pavimento contra infiltrações de águas pluviais, protegendo as bases estruturais do solo, salvaguardando o ativo imobilizado do Município e valorizando as propriedades locais.

c) Modernização da Mobilidade urbana e Economia: O fornecimento de emulsão asfáltica modificada de alto desempenho restaura os índices de regularidade superficial e rolamento das vias urbanas, mitigando o desgaste das frotas públicas e privadas e reduzindo custos com combustíveis. A melhoria substancial na fluidez urbana gera reflexos positivos diretos no escoamento de materiais, no abastecimento logístico de mercadorias e no fortalecimento do comércio varejista local.

2.4. Impactos da Ausência da Solução: A falta do material asfáltico betuminoso impactará negativamente e de forma grave a eficiência da Administração Pública Municipal, resultando na perda irreversível do pavimento preexistente em diversos pontos da cidade, gerando o isolamento de áreas urbanas periféricas, o encarecimento operacional do transporte público e escolar, o atraso no tráfego de veículos de emergência e saúde, além do aumento expressivo do passivo financeiro decorrente de futuras intervenções estruturais de reconstrução total do leito viário, significativamente mais complexas e onerosas.

2.5. Justificativa do Quantitativo e Memória de Cálculo: Conforme vastamente fundamentado no ETP, a definição do teto volumétrico de 320 toneladas baseia-se em uma análise pragmática da capacidade operacional de aplicação das equipes e maquinários próprios da prefeitura, estruturada sob os seguintes pilares de cálculo e governança:

2.5.1. Análise do Consumo Atual e Perfil - Base 2025: Até outubro de 2025, o consumo físico real do município limitou-se a 83,71 toneladas (aproximadamente 26,16% do total licitado no contrato anterior). Este volume reduzido decorreu de um período de forte estiagem e foco administrativo restrito a reparos emergenciais localizados.

2.5.2. Pilar 1 - Dimensionamento pelo Teto Operacional Instalado: O quantitativo histórico de 2024 e 2025 refletiu apenas serviços básicos de conservação e "tapa-buracos". O planejamento para 2026 exige a recomposição e o recapeamento contínuo de trechos desgastados de ruas e avenidas. Obras de recapeamento estrutural demandam um volume de emulsão modificada por metro quadrado significativamente superior ao utilizado em reparos pontuais, justificando o suporte contratual amplo.

2.5.3. Pilar 2 - Inadequação da Média Histórica frente à Necessidade Sazonal: A média de 201,86 toneladas dos últimos anos não contempla a demanda de recuperação e recomposição integral decorrente da deterioração acelerada ocorrida após o último inverno amazônico. Reduzir o quantitativo geraria risco crítico de desabastecimento no auge do período de estiagem (verão), época tecnicamente ideal para a aplicação do asfalto.

2.5.4. Pilar 3 - Eficiência Administrativa e Natureza do SRP: O Sistema de Registro de Preços não obriga a administração a adquirir o montante total registrado, agindo como um teto operacional regulatório e margem de contingência. Registrar o saldo de 320 toneladas garante a cobertura contratual necessária para intervir na malha viária à medida que houver disponibilidade orçamentária corrente, eliminando a necessidade de instauração de novos, repetitivos e onerosos processos licitatórios suplementares.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução integrada adotada para o pleno atendimento da necessidade pública consiste na aquisição de Emulsão Asfáltica Modificada por Polímero Tipo RC 1C-E, a ser fornecida de forma fracionada e sob demanda por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), utilizando a modalidade Pregão Eletrônico com critério de menor preço por item.

3.2. A solução abrange todo o ciclo de vida logística do objeto e compreende os seguintes elementos indissociáveis para a garantia de sua eficácia e proteção do erário municipal:

a) Fornecimento sob Demanda: O material betuminoso será solicitado formalmente de acordo com o cronograma físico de obras de recomposição e manutenção viária da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Infraestrutura, respeitando a capacidade diária de aplicação da equipe própria, a sazonalidade climática (aproveitamento rigoroso das janelas de estiagem) e as limitações físicas de armazenamento volumétrico do almoxarifado municipal, mitigando perdas por estocagem prolongada.

b) Logística e Transporte Especializado: O fornecedor adjudicado será integralmente responsável pela operação de transporte rodoviário do insumo químico em caminhões-tanque térmicos adequados até o local indicado pela Administração em Tocantinópolis - TO. Essa exigência logística é crítica para garantir que o produto seja descarregado dentro das especificações estritas de temperatura e homogeneidade coloidal necessárias para a aplicação imediata em pista.

c) Garantia de Qualidade e Conformidade: Cada lote fracionado entregue deverá vir obrigatoriamente acompanhado de seu respectivo laudo de análise laboratorial original emitido pelo fabricante/refinaria, comprovando o atendimento estrito às normas DNIT 035/2018-ES e à Resolução ANP nº 36/2012. O recebimento definitivo e a respectiva liquidação da despesa ficam condicionados à validação técnica de desempenho e comportamento do material em pista pela fiscalização.

d) Gestão de Passivos e Sustentabilidade: O ciclo de vida da solução encerra-se com o descarte e destinação ambientalmente adequada de eventuais resíduos industriais e de limpeza dos tanques de transporte, sob responsabilidade exclusiva do fornecedor, conforme as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010).

3.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços resultante deste certame será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, conferindo estabilidade jurídica e administrativa para que o município realize as obras de recomposição viária e manutenções ao longo de todo o exercício de forma planejada, sem o risco de desabastecimento ou descontinuidade administrativa.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos Técnicos e de Qualidade:

a) A emulsão asfáltica fornecida deverá ser, obrigatoriamente, do tipo RC 1C-E (Emulsão Asfáltica Modificada por Polímero elastomérico de alto desempenho).

b) O produto deve atender rigorosamente aos padrões normativos da Norma DNIT 035/2018-ES (Pavimentação - Emulsões asfálticas modificadas por polímeros - Especificação de Serviço) e às especificações da Resolução ANP nº 36, de 13 de novembro de 2012, ou acts que venham a substituí-los.

c) O material deve apresentar estabilidade ao armazenamento, taxa de ruptura perfeitamente adequada para aplicação em manutenção viária urbana e consistência reológica que permita o espalhamento homogêneo sobre a base, conforme os ensaios de viscosidade Saybolt-Furol e resíduo por evaporação descritos nas normas supracitadas.

4.2. Requisitos Funcionais e de Desempenho:

a) A solução deve proporcionar aderência superior (adesividade) e alta resistência ao desgaste provocado pelo tráfego de veículos e pela incidência de águas pluviais, garantindo a perfeita coesão entre os agregados minerais novos e o pavimento antigo degradado (recapamento).

b) O material deve demonstrar flexibilidade elástica adequada para resistir às variações térmicas locais sem apresentar deformações plásticas permanentes, trincas precoces ou exsudação (migração do ligante para a superfície).

c) A conformidade do produto será aferida por meio de inspeção visual no ato do recebimento e confrontação com o laudo técnico do lote. Qualquer sinal de ruptura prematura antes do espalhamento ou rejeição nos testes de campo ensejará a lavratura de desconformidade e a substituição integral do lote rejeitado, sem ônus para o município.

4.3. Requisitos Operacionais e de Entrega:

a) A entrega ocorrerá de forma estritamente fracionada, mediante a emissão prévia de Ordens de Fornecimento pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Infraestrutura, observando a limitação de espaço físico do almoxarifado público.

b) O prazo máximo para a entrega do material na cidade de Tocantinópolis - TO será de até 3 (tres) dias úteis, contados do recebimento formal da respectiva Ordem de Fornecimento pela contratada.

c) O transporte deverá ser realizado em caminhões-tanque térmicos apropriados, dotados de isolamento e serpentinas operacionais para manter as propriedades físicas e a temperatura regulamentar do produto.

4.4. Requisitos de Sustentabilidade Ambiental:

a) O fornecedor deverá adotar práticas de transporte que minimizem a emissão de gases poluentes, mantendo a frota logística com laudo de controle de opacidade e fumaça atualizado e válido.

b) O descarte de resíduos de limpeza dos tanques de transporte deve seguir rigorosamente as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010), sendo expressamente vedada qualquer lavagem de recipientes ou descarte de efluentes em área urbana, rede de drenagem pluvial ou corpos d'água municipais.

4.5. Requisitos de Garantia:

a) A garantia do produto deve cobrir integralmente eventuais vícios ocultos, defects de fabricação ou inconformidades químicas verificadas no momento da aplicação ou no período inicial de cura do ligante asfáltico em pista.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Dinâmica do Fornecimento:

5.1.1. O fornecimento do objeto dar-se-á de forma fracionada, atendendo estritamente às necessidades cotidianas e ao cronograma de obras de manutenção da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Infraestrutura de Tocantinópolis - TO.

5.1.2. O início da execução do fornecimento ocorrerá mediante a emissão formal e por escrito da Ordem de Fornecimento (OF) por parte do órgão gerenciador, via e-mail corporativo ou canal oficial de comunicação institucional devidamente cadastrado.

5.1.3. Cada Ordem de Fornecimento conterá, no mínimo: o quantitativo exato de emulsão asfáltica (em toneladas) a ser entregue no lote, o local específico para descarregamento e o prazo regulamentar estabelecido.

5.1.4. O prazo máximo para a entrega do material no local indicado pela Administração será de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento pela Contratada.

5.2. Condições de Transporte e Logística:

5.2.1. O insumo químico deverá ser transportado e entregue exclusivamente em caminhões-tanque térmicos apropriados, dotados de isolamento térmico eficiente e equipamentos de medição, de modo a garantir a manutenção da temperatura técnica regulamentar e a perfeita homogeneidade do produto até o momento do descarregamento.

5.2.2. O descarregamento do produto somente será autorizado após a conferência visual preliminar, medição de temperatura e a entrega do respectivo laudo de análise química (laudo de laboratório de fábrica/refinaria) correspondente ao lote específico transportado.

5.3. Das Obrigações da Contratada:

5.3.1. Entregar o objeto em estrita conformidade com as especificações técnicas da Norma DNIT 035/2018-ES e da Resolução ANP nº 36/2012, dentro do prazo e local estipulados na Ordem de Fornecimento.

5.3.2. Responsabilizar-se integralmente por todas as despesas decorrentes do fornecimento, incluindo frete (tipo CIF), carga e descarga, seguros, tributos federais, estaduais e municipais, encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais.

5.3.3. Manter a frota utilizada no transporte rodoviário com o laudo de opacidade e controle de emissão de poluentes atualizado, observando as diretrizes de sustentabilidade.

5.3.4. Adotar mecanismos de logística reversa e realizar a destinação final ambientalmente adequada de eventuais passivos e resíduos industriais resultantes da limpeza dos tanques, de acordo com a Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), sendo vedada qualquer lavagem de tanques ou descarte na rede de drenagem ou corpos d'água municipais.

5.3.5. Substituir integralmente, sem qualquer ônus para a Administração Pública Municipal, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer lote de emulsão asfáltica que apresente sinal de ruptura prematura antes do espalhamento, que seja rejeitado nos testes de campo ou que apresente inconformidade com o laudo de laboratório apresentado, sob pena de aplicação das sanções contratuais cabíveis.

5.4. Das Obrigações da Contratante:

5.4.1. Emitir as Ordens de Fornecimento com a antecedência necessária, contendo as instruções claras e quantitativos precisos para a entrega.

5.4.2. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa entregar o objeto dentro das condições contratuais, incluindo a delimitação técnica de área de manobra e descarregamento seguro no almoxarifado ou frentes de pista.

5.4.3. Realizar a fiscalização e o acompanhamento da entrega por meio de servidores formalmente designados, efetuando os recebimentos provisório e definitivo nos prazos estipulados.

5.4.4. Efetuar o pagamento à Contratada no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência, após a devida liquidação da despesa.

6. DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. Da Fiscalização Contratual:

6.1.1. A execução das entregas decorrentes da Ata será acompanhada, fiscalizada e avaliada de forma permanente por servidores formalmente designados pela Administração Pública Municipal, que atuarão como Fiscais e Gestores do ajuste, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.1.2. A Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Infraestrutura designará a comissão de recebimento e os fiscais técnicos, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, registrar em relatório próprio todas as ocorrências e determinar a correção de falhas ou a rejeição de materiais em desconformidade.

6.2. Das Regras para o Recebimento do Objeto:

6.2.1. Recebimento Provisório:

- Ocorrerá no ato da entrega de cada lote fracionado, no local indicado em Tocantinópolis - TO, pelo Fiscal Técnico ou comissão designada.
- Consistirá na conferência visual preliminar do material, verificação da integridade do lacre do caminhão-tanque térmico, medição da temperatura de chegada do ligante por termometria e na conferência quantitativa frente à Nota Fiscal e à Ordem de Fornecimento.
- Neste ato, a Contratada deverá obrigatoriamente entregar o laudo de análise laboratorial de fábrica/refinaria correspondente ao lote. Se o laudo estiver ausente ou a temperatura estiver fora dos padrões técnicos da Norma DNIT 035/2018-ES, o recebimento provisório será imediatamente recusado.

6.2.2. Recebimento Definitivo:

- Ocorrerá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, mediante ato formal (Termo de Recebimento Definitivo) assinado pela comissão/fiscal.

- O recebimento definitivo fica estritamente condicionado à validação técnica do comportamento do material em pista (ausência de ruptura prematura antes do espalhamento e perfeita coesão elástica verificada no início da aplicação pelas equipes de engenharia).
- Caso os testes de campo ou a aplicação preliminar demonstrem que o material perdeu suas propriedades físico-químicas ou gerou defeitos de cura, o lote será rejeitado retroativamente, devendo a Contratada retirá-lo e substituí-lo sem ônus para o município.

6.3. Da Avaliação do Desempenho:

6.3.1. O controle de execução considerará o índice de aceitabilidade do material em pista. A persistência em entregas com atraso, laudos inconsistentes ou materiais com defeito de cura ensejará a abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades e rescisão contratual.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Dos Critérios de Medição:

7.1.1. A medição do objeto será realizada de forma fracionada, por lote solicitado e efetivamente entregue, não sendo admitida a medição de quantitativos globais que não tenham sido objeto de estrita Ordem de Fornecimento (OF).

7.1.2. A unidade de medida para fins de faturamento e liquidação será a Tonelada (TON) de emulsão asfáltica modificada por polímero tipo RC 1C-E.

7.1.3. Após o recebimento definitivo de cada lote, emitido pela fiscalização no prazo de até 5 (cinco) dias úteis conforme Cláusula anterior, a Contratada estará apta a apresentar a respectiva Nota Fiscal para fins de liquidação e pagamento.

7.2. Do Pagamento:

7.2.1. O pagamento será efetuado pelo Município de Tocantinópolis - TO no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da data da regular liquidação da despesa, mediante ordem bancária ou transferência eletrônica na conta corrente indicada pela Contratada.

7.2.2. A liquidação da despesa ficará estritamente condicionada à apresentação dos seguintes documentos pela Contratada:

I. Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo Fiscal Técnico e pelo Gestor do contrato;

II. Cópia da Ordem de Fornecimento correspondente;

III. Cópia do Termo de Recebimento Definitivo do lote;

IV. Laudo de análise laboratorial de fábrica/refinaria atestando a conformidade do produto (Norma DNIT 035/2018-ES e Resolução ANP nº 36/2012);

V. Comprovações de regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e ambiental (Certidões Negativas de Débitos com o FGTS, INSS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio da contratada, CNDT e Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR).

7.2.3. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou técnica por parte da Contratada, inclusive no que tange à substituição de lotes rejeitados, sem que isso gere direito a reajustes ou indenizações.

8. DA FORMA E DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Da Forma de Seleção e Modalidade:

8.1.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio da modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, utilizando o critério de julgamento por menor preço por item e o modo de disputa aberto, em estrita consonância com a Lei Federal nº 14.133/2021.

8.1.2. O procedimento será realizado em sessão pública, por meio de plataforma eletrônica oficial de compras Compras.gov.br, garantindo a ampla competitividade, transparência e isonomia entre os participantes conectados.

8.2. Dos Critérios de Habilitação Técnica (Capacidade Técnico-Operacional):

Para fins de comprovação da capacidade técnica para a execução regular do fornecimento, as empresas licitantes deverão apresentar, na fase de habilitação, os seguintes documentos:

8.2.1. Atestado de Capacidade Técnica: Apresentação de 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a licitante executou ou executa fornecimento de características semelhantes, compatíveis em volume e prazos com o objeto desta licitação (fornecimento de ligantes ou emulsões asfálticas).

8.2.2. Regularidade Perante o Órgão Regulador: Comprovação de registro, autorização ou credenciamento regular e vigente perante a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para a atividade de fabricação, distribuição ou comercialização de asfaltos/emulsões asfálticas, atendendo aos requisitos da Resolução ANP nº 36/2012.

8.3. Dos Critérios de Habilitação Econômico-Financeira:

8.3.1. Comprovação de saúde financeira da empresa por meio de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, que comprovem índices mínimos de liquidez e capital de giro necessários para suportar os custos logísticos e operacionais do fornecimento fracionado interestadual.

8.4. Das Vedações à Participação e Subcontratação:

8.4.1. Não será permitida a participação de empresas suspensas, declaradas inidôneas ou que incorram nas vedações previstas no artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.4.2. Vedação à Subcontratação: Conforme determinado no planejamento e amparado no art. 122, § 2º da Lei nº 14.133/2021 e no Acórdão TCU nº 2450/2025, será vedada a subcontratação da entrega do produto principal. A restrição justifica-se pela alta especialidade do transporte de ligantes asfálticos em caminhões-tanque térmicos e pela necessidade de manutenção de rígidos critérios de controle de qualidade, segurança e temperatura da emulsão modificada por polímeros até o descarregamento definitivo.

9. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor total estimado para a presente contratação é de **R\$ 1.938.368,00 (um milhão, novecentos e trinta e oito mil, trezentos e sessenta e oito reais)**, sendo fixado o preço unitário máximo de R\$ 6.057,40 por tonelada, inclusos frete e tributos.

9.2. O preço de referência foi obtido por meio de uma pesquisa de preços preliminar estruturada, combinando a média aritmética de cotações, valores vigentes em bancos de dados públicos de contratações correlatas, garantindo o lastro estatístico contra variações sazonais de insumos derivados do refino de petróleo bruto.

10. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotação orçamentária preexistente e específica, consignada no orçamento do Município de Tocantinópolis - TO para o exercício de 2026, sob a responsabilidade da unidade demandante.

10.2. A classificação orçamentária da despesa, devidamente certificada pelos órgãos contábeis municipais, obedecerá à seguinte codificação base:

CÓDIGO DA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ELEMENTO DE DESPESA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
10.27.18.541.0017.2.015	3.3.90.30	Manut. Serv. Limpeza Pública
10.47.15.122.0005.2.020	3.3.90.30	Manut.Setor de Infra-Estrutura
10.47.15.451.0007.1.009	3.3.90.30	Pavim.Calç.C.MFio,Sarj.G.Água
10.47.15.451.0032.2.023	3.3.90.30	Rec./Man. de Vias Urbanas

10.3. Da Justificativa de Excepcionalidade face ao Plano de Contratações Anual (PCA):

10.3.1. Registra-se que a presente demanda para a aquisição de emulsão asfáltica modificada por polímero tipo RC 1C-E não se encontra explicitamente inscrita no Plano de Contratações Anual do Município de Tocantinópolis - TO para o exercício de 2026, uma vez que o referido instrumento macro de planejamento encontra-se em fase setorial de elaboração e consolidação pelas unidades administrativas competentes.

10.3.2. A deflagração do certame e a posterior celebração do ajuste encontram pleno amparo legal na superveniência de necessidade pública premente e de natureza contínua, caracterizada pela degradação acentuada da malha viária urbana preexistente após o período de chuvas, o que põe em risco a segurança do tráfego local.



10.3.3. O ordenamento jurídico vigente, balizado pelo art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, admite a execução de contratações não listadas no planejamento anual quando demonstrada a indispensabilidade do objeto para a continuidade dos serviços essenciais de infraestrutura e para a salvaguarda do interesse público. A justificativa formal de excepcionalidade e o ato de aprovação da autoridade máxima encontram-se acostados aos autos deste processo administrativo.

11. DAS PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

11.1. Para resguardar a regularidade administrativa e garantir a imediata exequibilidade do ajuste assim que formalizado, o Município de Tocantinópolis - TO deverá cumprir integralmente as seguintes providências essenciais antes da assinatura da Ata de Registro de Preços:

11.1.1. Designação Formal da Equipe de Fiscalização: A Secretaria Municipal de Infraestrutura deverá emitir a portaria de designação formal da comissão de recebimento, do gestor e dos fiscais técnicos do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

11.1.2. Alinhamento Técnico de Recebimento: Os servidores designados para a fiscalização deverão passar por alinhamento técnico focado nas diretrizes de amostragem de segurança, medição de temperatura do ligante asfáltico em caminhões-tanque térmicos e conferência analítica dos laudos laboratoriais emitidos pelas refinarias/fabricantes.

11.1.3. Revisão Mecânica e Calibração da Frota Própria: A Diretoria de Transportes e Maquinários da Secretaria de Infraestrutura deverá realizar a calibração, manutenção preventiva e revisão mecânica de toda a frota própria de maquinário pesado do município — notadamente o caminhão espargidor pressurizado, o rolo compactador vibratório e a vibro acabadora —, certificando que os equipamentos estejam em perfeitas condições operacionais para processar o material do tipo RC 1C-E, mitigando o risco de ociosidade das equipes de campo ou perda das propriedades físico-químicas do insumo.

11.1.4. Organização Logística do Almoxarifado: A gerência do almoxarifado central deverá delimitar e sinalizar a área física de manobra, descarregamento seguro e estocagem temporária, estabelecendo um fluxo operacional que minimize o tempo de retenção dos caminhões-tanque térmicos e reduza o risco de resfriamento do ligante químico.

11.1.5. Certificação de Reserva Orçamentária: Emissão da nota de empenho prévio ou declaração de disponibilidade orçamentária válida para acobertar as demandas iniciais do registro de preços, validando a instrução processual do Processo Administrativo nº 099/2026.

12. DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

12.1. A execução do contrato decorrente desta Ata de Registro de Preços envolve o manejo e transporte de insumos químicos complexos derivados de petróleo (Emulsão Asfáltica RC 1C-E), o que exige da Contratada a estrita observância às normas de proteção ambiental vigentes no país.

12.2. Das Medidas Mitigadoras e Obrigações Ambientais:

12.2.1. Controle de Emissões Atmosféricas: Os caminhões-tanque térmicos utilizados pela Contratada para o transporte rodoviário do insumo até o Município de Tocantinópolis - TO deverão estar em perfeito estado de conservação mecânica, mantendo atualizado o respectivo laudo de controle de opacidade e emissão de gases poluentes, em conformidade com as resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

12.2.2. Gestão de Resíduos Sólidos e Efluentes: O descarte de quaisquer resíduos industriais, borras de asfalto ou efluentes decorrentes da limpeza e manutenção dos tanques de transporte deve seguir rigorosamente as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010).

12.2.3. Vedações Críticas: É expressamente proibida a lavagem de tanques, recipientes ou o descarte de resíduos do insumo em área urbana, na rede de drenagem pluvial, em terrenos baldios, faixas de domínio viário ou em corpos d'água do município.

12.2.4. Logística Reversa: A Contratada deverá adotar mecanismos de logística reversa para as embalagens e sobras de materiais, garantindo a destinação final ambientalmente adequada em locais devidamente licenciados pelo órgão ambiental competente.

12.3. Da Comprovação de Conformidade:

12.3.1. Como condição obrigatória para a liquidação da despesa e pagamento de cada lote, a Contratada deverá apresentar, junto à Nota Fiscal, as respectivas licenças ambientais de operação da distribuidora ou refinaria emissora do produto, bem como os Manifestos de Transporte de Resíduos (MTR) emitidos via sistema SINIR que comprovem o descarte regular de eventuais passivos gerados pela atividade logística.

13. DO GERENCIAMENTO E ANÁLISE DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

13.1. Em estrita observância ao Estudo Técnico Preliminar (ETP) e em cumprimento ao artigo 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, o presente Termo de Referência incorpora os riscos inerentes à execução contratual e estabelece as diretrizes de mitigação e fiscalização a serem cobradas pelo Gestor do Contrato.

13.2. Riscos Operacionais:

13.2.1. Indisponibilidade de Frota Municipal: Risco de quebra ou falha mecânica do maquinário público de aplicação na chegada do insumo betuminoso. Mitigado pela exigência compulsória de revisão mecânica prévia à emissão da Ordem de Fornecimento e emissão de atestado de pronto atendimento pela gerência da garagem pública.

13.2.2. Intempéries Climáticas Sazonais: Risco de chuvas imprevisíveis inviabilizarem o espalhamento ou a cura da emulsão modificada. Mitigado pela vinculação da Ordem de Fornecimento ao monitoramento meteorológico detalhado, cabendo à Administração o direito de suspender ou reprogramar a entrega do material em trânsito (força maior), sem ônus para o município ou penalidades para a contratada.

13.3. Riscos Contratuais:



13.3.1. Desinteresse no Fornecimento Fracionado: Risco de a empresa registrada recusar entregas menores alegando custo de frete. Fica estabelecida a obrigatoriedade de atendimento fracionado (respeitada a carga mínima de edital), sujeitando a Contratada à aplicação imediata de sanções administrativas e rescisão contratual por recusa injustificada de Ordem de Fornecimento.

13.3.2. Flutuação de Preço do Mercado Regulado (CAP): Risco de desabastecimento ou paralisações por pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro. O deferimento de qualquer reequilíbrio fica estritamente condicionado à demonstração analítica e inequívoca de variação nos índices da ANP e apresentação das notas fiscais de compra direta na refinaria.

14.4. Riscos de Qualidade:

13.4.1. Degradação Térmica: Risco de o produto químico chegar frio ou apresentar ruptura prematura no interior do tanque térmico. Fica instituída a obrigatoriedade de inspeção visual e medição de temperatura técnica pelo fiscal no momento exato da chegada do caminhão-tanque térmico, antes do descarregamento.

13.4.2. Não Conformidade Físico-Química em Campo: Risco de falha de cura ou falta de aderência elástica do asfalto na pista. A aceitação definitiva do lote fica condicionada ao teste prático de espalhamento em pista pelas frentes de engenharia, com cláusula obrigatória de substituição integral do lote reprovado e reparação da via danificada às expensas exclusivas da Contratada.

14. DO POSICIONAMENTO CONCLUSIVO E ASSINATURA

14.1. Diante dos elementos técnicos, operacionais, logísticos, orçamentários e ambientais reunidos neste Termo de Referência, e considerando o integral alinhamento com o Estudo Técnico Preliminar (ETP) acostado aos autos do Processo Administrativo nº 099/2026, bem como a devida estipulação de mecanismos de controle, repartição e gerenciamento de riscos, conclui-se pela total viabilidade, oportunidade e conformidade legal da contratação pretendida. Submete-se o presente instrumento à aprovação da autoridade superior para posterior deflagração do certame licitatório.

Tocantinópolis/TO, 09 de junho de 2026.


Paulo Sergio Gomes Barros
Secretário Municipal da Infraestrutura e Habitação